

OS PCN'S* E OS MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DA ARTE: O QUE PROPÕEM? **

Rose Meri Trojan

Doutora em Educação, Professora do PPGE, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.
E-mail: rosetrojan@uol.com.br

Jesús Rodríguez Rodríguez

Doutor em Educação, professor da Faculdade de Educação da Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Galicia, Espanha.
E-mail: dojesus@usc.es

RESUMO: Neste artigo analisamos o significado e o papel concedido aos materiais didáticos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte (5.^a a 8.^a séries), assim como as implicações que de sua interpretação se derivam para os distintos setores e membros da comunidade educacional. Primeiramente, apresentamos uma breve introdução sobre como entendemos o papel dos materiais no processo de desenvolvimento curricular e as funções que lhes devem ser atribuídas nos processos de inovação educativa. Posteriormente, nos referimos a alguns princípios fundamentais da legislação educacional brasileira e as características desses referenciais que orientam sua aplicação. Em seguida, analisamos o significado que aparece atribuído aos materiais nesse documento, destacando os materiais impressos. No final do trabalho, incluímos um conjunto de recomendações que consideramos poder ajudar a incrementar a qualidade da tomada de decisões sobre os materiais, a partir da análise realizada e da revisão bibliográfica sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de Arte. Material Curricular. Reforma Educacional Brasileira.

NATIONAL CURRICULAR PARAMETER AND DIDACTIC MATERIALS FOR ART EDUCATION: WHAT DO THEY PROPOSE?

ABSTRACT: This paper analyses the significance and role given to didactic materials in the National Curricular Parameter for Art, as well as the implications deriving from its interpretation for the various sectors and members of the education community. First, we provide a brief introduction of our perception of the role of materials in the curricular development process and the functions which should be attributed to them in the process of innovation. Afterwards, we refer to some fundamental principles of Brazilian education laws and the characteristics of these references which guide its application. After that, we analyze the meaning which seems to be attributed to material in this document, specially printed material. And finally, we include a set of recommendations which we consider to be able to help to improve the quality of decision making about material from the analysis made and the bibliographic review about the topic.

* PCN's: Parâmetros Curriculares Nacionais. Referimo-nos aqui, especificamente, ao volume referente à Arte para 5^a a 8^a séries, terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental.

Este trabalho é parte dos estudos realizados pelos autores através do Programa de Cooperação Interuniversitária PCI – Espanha e América Latina, envolvendo a Universidade Federal do Paraná e a Universidade de Santiago de Compostela, no período de 2000-2005. Outros estudos foram abordados no artigo intitulado “La Concepción de los Materiales Curriculares Impresos en los Documentos Normativos de Brasil”, publicado na Revista de Ciencias de la Educación, Madrid – España, nº 189, enero-marzo 2002, p-95-118.

KEYWORDS: Art Education. Didactic Materials. Brazilian Educational Reform.

INTRODUÇÃO

Depois de mais de dez anos de vigência de uma nova lei de diretrizes e bases para a educação nacional (Lei 9394/96), de leis complementares e políticas educacionais, o conjunto de parâmetros curriculares nacionais, definido com a finalidade de guiar e orientar as propostas de mudança propostas para o ensino fundamental obrigatório, não foi acompanhado de medidas efetivas para sua implantação. Sem entrar no mérito do conteúdo e da concepção da legislação atual e sem incluir a totalidade da educação básica ou a educação superior nesta análise, as propostas de mudança não foram acompanhadas das condições materiais necessárias para sua realização.

Tendo em conta que são vários os documentos que definem os parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental, divididos em duas partes - uma para 1.^a a 4.^a e outra para 5.^a a 8.^a séries – nas quais é dedicado um volume para cada uma das áreas, optamos neste trabalho por analisar um parâmetro dirigido a uma delas. Nesse caso, decidimos analisar os Parâmetros de Arte para a segunda etapa do ensino fundamental (5.^a a 8.^a séries) por duas razões: em primeiro lugar, não seria possível realizar, de uma vez, um estudo sobre todas as áreas de conhecimento, o que estenderia consideravelmente esta investigação; e, em segundo lugar, porque contamos com mais informação e estudos sobre este tema, dado que a co-autoria deste trabalho atua na área de ensino de arte.

No processo de implantação da nova legislação, pretendemos analisar um dos componentes curriculares que se deve levar em conta que é o referente aos materiais didáticos. Esses materiais ajudam a materializar as propostas e "proveen al educador de pautas y criterios para la toma de decisiones, tanto en la planificación como en la intervención directa en el proceso de enseñanza/aprendizaje y en su evaluación" (ZABALA, 1990, p. 125). Os materiais didáticos, ainda que possam assumir diferentes concepções, devem ser entendidos como meios e instrumentos que, por si só, não garantem a realização de uma proposta, mas que, de todo modo, sua inexistência inviabiliza.

Consideramos, como ponto de partida, que um dos elementos fundamentais para que qualquer reforma educativa possa materializar-se são os distintos documentos normativos e orientadores que explicam sua finalidade e colocam as estratégias necessárias para colocá-la em prática. São documentos que, igualmente no contexto espanhol, correspondem ao primeiro

“*nível de concretização*” que, como aponta De la Cruz, pretendem servir ao professorado na sua prática docente para elaboração e execução de projetos e programações curriculares: “Son materiales para la reflexión y el estudio individual, pero también, y sobre todo, para la reflexión en común, para una labor en equipo”. (DE LA CRUZ, 1999, p. 127)

Considerando relevante a análise e a reflexão sobre os materiais no currículo, especificamente para o ensino fundamental que é obrigatório, cabe perguntar-se então qual é o papel que lhes foi concedido nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s, enquanto referência normativa oficial, que se constitui, ele mesmo, em material fundamental para professores e equipe pedagógica no momento de formular suas propostas curriculares.

No contexto brasileiro, cabe destacar que, além dos PCN’s – Arte que nos propomos a analisar neste artigo, devem ser considerados os demais documentos legais – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais, Parâmetros Curriculares Nacionais (Introdução e Temas Transversais) e os Parâmetros Curriculares das demais áreas do conhecimento – pois, cada um destes documentos propõe ou sugere comentários e recomendações sobre o papel dos materiais. Espera-se que estes documentos ajudem a estruturar e organizar o trabalho dos profissionais da educação, indicando os conteúdos que deverão ser trabalhados em cada nível de ensino, metodologias e orientação para a avaliação, assim como formas de atuação e medidas a adotar tanto nas escolas como nas aulas e, conseqüentemente, indicando os meios materiais que poderão ser utilizados.

Para levar a cabo uma análise do papel atribuído aos materiais curriculares neste tipo de documento, consideramos importante levar em conta os seguintes aspectos:

- Indicações precisas sobre os tipos de materiais didáticos necessários para concretizar a proposta pedagógica, a partir de conteúdos, metodologias e orientação para a avaliação adequada à disciplina escolar e o nível de ensino em que devem ser trabalhados.
- Informações sobre o uso dos materiais através de recomendações, comentários ou sugestões.
- O papel que vão ocupar ou representar os distintos profissionais na escolha, elaboração e utilização dos materiais didáticos.
- O tipo de qualificação que se considera deve possuir os professores para utilizar adequadamente os materiais curriculares.
- Informações acerca do tipo de recursos que se consideram devem possuir os professores para elaborar seus próprios materiais (RODRÍGUEZ, 2001, p. 30-58).

METODOLOGIA UTILIZADA NA INVESTIGAÇÃO

Pretendemos levar a cabo uma análise crítica dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte (5^a a 8^a séries – terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental), através da leitura e avaliação dos mesmos. Para isso, analisamos, de um lado, o modo pelo qual se consideram os materiais didáticos neste documento e, de outro, prestando especial atenção aos parágrafos nos que se faz alusão explícita ao tema dos materiais, a fim de explicitar e analisar o seu significado.

Como objetivo geral, pretendemos conhecer o papel concedido aos materiais curriculares nos Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte, considerando que este documento tem servido de referencial para a reformulação curricular nas escolas brasileiras. E, para isso propomos:

- Analisar as medidas propostas pelo Estado Brasileiro para ajudar aos professores nos processos de seleção e utilização dos materiais curriculares.
- E, propor medidas que ajudem aos professores a tomar decisões sobre os materiais didáticos, em especial os impressos, para o ensino da arte.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Transformações substanciais nos diferentes campos do contexto brasileiro tornaram iminente uma reestruturação do sistema educativo para tentar responder a novas necessidades, tanto fruto das mudanças ocorridas no Brasil, fundamentalmente a partir dos anos 90, como daquelas ocorridas em outros países. Assim, há que se falar sobre o contexto brasileiro, de toda uma série de transformações a nível ideológico, econômico e político.

O endividamento financeiro do país e os sucessivos acordos internacionais com o Fundo Monetário Internacional (FMI), junto com os financiamentos obtidos do Banco Mundial, influíram diretamente no desenvolvimento das políticas educacionais mais recentes, importadas de outros países, particularmente dos Estados Unidos e da Espanha.

A principal meta definida pelo MEC, seguida pelos governos estaduais e municipais que o apóiam politicamente, é “resolver” o problema do analfabetismo, evasão e repetência no menor espaço de tempo possível e com o mínimo de investimento, com o objetivo de reduzir a porcentagem negativa apresentada pelas estatísticas sobre escolarização no país.

Ainda que as atuais políticas tenham incorporado algumas propostas implantadas com êxito em algumas regiões do país, a forma autoritária, imediatista e sem os recursos necessários – no que se refere à capacitação e condições de trabalho para os professores e materiais didáticos suficientes e adequados – inviabilizam as possibilidades de êxito real. Podemos citar como exemplo o "Plano Nacional do Livro Didático" (PNLD)¹ que, apesar de garantir livros didáticos para todos os alunos das escolas públicas do país, não inclui materiais para o ensino da arte, nem possibilita a seleção de outros materiais por parte das escolas, tais como livros de apoio para os professores, revistas e periódicos, etc., ou mesmo garante financiamento para a elaboração de materiais próprios.

Por certo, as mudanças educacionais devem supor novas conotações no momento de considerar o papel dos materiais no currículo, compreendendo novas definições e funções para os materiais em relação a um ou outro nível de ensino, às necessidades dos alunos ou mesmo a partir das próprias exigências do contexto sócio-educativo no qual se encontra a escola. Contudo, estas questões não podem reduzir o papel do Estado no que se refere ao financiamento de diferentes recursos, nem limitar as opções e possibilidades de cada escola na escolha e definição dos seus materiais (RODRÍGUEZ, 2001).

A incorporação do Brasil a espaços socioeconômicos e culturais mais amplos, por exemplo, requer que os estudos e titulações sofram um reajuste em relação à nova realidade social para tornar possível uma nova formação e inserção profissionais; neste sentido, os novos materiais didáticos deverão registrar uma nova visão de Brasil no contexto latino-americano e mesmo mundial, de tal modo que o aluno possa compreender o contexto socioeconômico brasileiro.

As transformações ocorridas no setor produtivo aparecem freqüentemente caracterizadas por uma grande competitividade e conseqüente exclusão. É necessário, então, que os materiais curriculares "colaborem" no desenvolvimento de uma atitude crítica ante esta situação. A demanda, por parte da sociedade, de uma educação quantitativa e qualitativamente melhor supõe a necessidade de que os materiais atendam essa expectativa e mesmo as editoras não permaneçam alheias a este fenômeno. O fato de que se exija uma educação qualitativamente melhor implica que os próprios materiais curriculares devam apresentar uma melhor qualidade tanto do ponto de vista formal como de conteúdo. Não obstante, não

¹ O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é uma iniciativa do Ministério da Educação que, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, busca prover as escolas de ensino fundamental, devidamente registradas no Censo Escolar, com livros didáticos gratuitos e de qualidade, para as disciplinas de Língua Portuguesa/Alfabetização, Matemática, Ciências, História e Geografia.

devemos esquecer que não é questão de ter mais e mais variados materiais didáticos, mas que teremos que melhorar seu uso para que possam responder às novas necessidades.

Todo este conjunto de mudanças, junto com outros aspectos tais como os avanços no campo da tecnologia educativa com o desenvolvimento da informática e da criação de novos sistemas de comunicação, etc., configurara um novo marco de valores, princípios, direitos e liberdades que se traduzem em uma necessária reorganização do ensino, dando lugar a um novo desenho de currículo, tanto para se adequar ao novo modelo estrutural quanto para fazer contraposição a ele.

A partir desse contexto, as mudanças que se proponham para o sistema educativo, por meio da nova legislação, trarão determinado impacto sobre o processo de produção, distribuição e utilização dos materiais didáticos, entendendo-se que cumpram a função de meio e instrumento para a concretização da prática pedagógica.

Também se deve levar em conta que, em meio destas propostas de mudança, as funções do professorado se modificam consideravelmente: elaboração de projetos curriculares, programação de unidades didáticas, trabalho com temas transversais, etc, o que implica que os professores tenham que selecionar novos materiais e adaptá-los a distintos contextos.

O desenvolvimento de uma nova proposta curricular, por exemplo, determina um intenso processo de elaboração, revisão e difusão de novos materiais didáticos. A necessidade de considerar a inclusão de novos conteúdos, novas metodologias de ensino e avaliação são aspectos que afetam, notavelmente, as características dos materiais (AREA, 1999, p. 189-236).

O QUE SE ENTENDE POR MATERIAIS DIDÁTICOS

Para fundamentar teoricamente e definir a concepção que norteia nossa análise faz-se necessário esclarecer o que entendemos como materiais didáticos, qual é a sua função no processo de ensino e aprendizagem, qual é a classificação que adotamos.

O processo pedagógico escolar se realiza em um ambiente específico que podemos denominar de sala de aula, entendida aqui num sentido amplo, além do espaço físico de quatro paredes. A sala de aula se caracteriza como resultado da conjugação de vários fatores, entre os quais: a organização dos conteúdos e atividades, a definição de uma metodologia de ensino e de avaliação, as técnicas de trabalho individual e em grupo, a organização tempo e do espaço,

a forma de gestão escolar e as condições materiais exigidas. Neste contexto, os materiais didáticos (alguns autores utilizam também os termos “recursos” ou “meios”) devem ser entendidos como qualquer tipo de material que se destina a ser utilizado por alunos e professores e quando têm como finalidade específica auxiliar no processo de planejamento, desenvolvimento e avaliação da proposta curricular. (PARCERISA ARAN, 1999, p.26)

Do mesmo modo que a concepção de material didático, existem também muitas maneiras de classificá-los. Entre as classificações mais usuais, encontramos aquelas que os agrupam por áreas ou disciplinas, as que se referem às suas características formais, a suas funções ou intenções, às linguagens ou códigos utilizados, aos níveis de concretização do ensino ou pelo o meio ou suporte do qual se serve (PARCERISA ARAN, 1999, p.27).

Adotaremos a classificação dos materiais, adotada por Parcerisa Aran, a fim de agrupar os materiais em dois grupos distintos: aqueles que utilizam o papel como suporte e aqueles que utilizam materiais distintos do papel, ainda que se possam fazer subclassificações ou conexões com outras tipologias (PARCERISA ARAN, 1999, p.27-31).

Essa tipologia nos basta porque no primeiro grupo reunimos os materiais mais comuns e acessíveis a alunos e professores, onde destacamos os livros didáticos, e no segundo, os materiais onde se incluem os mais elaborados, mais caros, que envolvem novas tecnologias ou equipamentos específicos e, que são os menos acessíveis ou menos utilizados.

O destaque dado aqui aos livros didáticos, tanto aqueles de uso específico do aluno quanto aqueles que se dirigem aos professores (também chamados de para-didáticos) deve-se a importância que, historicamente, esses materiais têm ocupado na atividade pedagógica. Essa importância deve-se, principalmente, ao fato de se constituírem, muitas vezes, no único recurso disponível – não se pretendendo com isso, afirmar que sejam os mais adequados ou mais qualificados. Neste sentido: “O livro didático não é visto como um instrumento de trabalho auxiliar na sala de aula, mas sim como a autoridade, a última instância, o critério absoluto de verdade. O padrão de excelência a ser adotado na aula” (FREITAG, 1993, p.124).

Os materiais didáticos, em geral, cumprem a função básica e essencial de mediação no processo de ensino e aprendizagem, constituem-se em meio e instrumento através do qual o conhecimento é organizado, estruturado e apresentado pelo professor ao aluno. Esta função geral, segundo Parcerisa, se desmembra em diversas funções específicas: inovadora, motivadora, estruturadora da realidade que é apresentada, configuradora da relação do aluno com o conteúdo, controladora dos conteúdos a ensinar, solicitadora de ação, comunicativa, formativa ou estritamente didática, de depositária de um método e de produto de consumo

(em geral obrigatório e distribuído em regime oligárquico) (PARCERISA ARAN, 1999, p.31-32).

A função geral de mediação e as funções específicas que podem cumprir os materiais indicam a sua relevância no processo de ensino e aprendizagem, entre outras coisas porque podem chegar a condicionar as características de muitas variáveis que se inter-relacionam no espaço da aula e, por vezes, se constitui no elemento mais relevante na configuração do ambiente pedagógico (PARCERISA ARAN, 1999, p.33).

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MATERIAIS DIDÁTICOS E O ENSINO DE ARTE

Um dos grandes desafios da escola, do ponto de vista das suas instituições mantenedoras, para a realização efetiva de uma proposta pedagógica é a garantia das condições objetivas de sua efetivação na prática escolar. Neste aspecto, o material didático se apresenta como parte da solução ou parte do problema a ser enfrentado, pois a possibilidade de desenvolver um programa de ensino, particularmente na escola básica, passa pelos recursos disponíveis ao professor para desenvolver o seu trabalho.

O livro didático, material mais acessível ao professor, é produzido por editoras privadas que, muitas vezes, fazem sucessivas adaptações superficiais de livros antigos para atender às transformações impostas pelas diretrizes educacionais, alterando títulos e nomenclatura, ou incluindo conteúdos e atividades de forma desarticulada, ao invés de privilegiar propostas realmente inovadoras.

Como exemplo, podemos citar o caso do Ensino da Arte, onde esta situação tem se repetido constantemente. No contexto da Reforma Educacional promovida pela Ditadura Militar no Brasil, através da Lei 5692/71, é criada a disciplina de Educação Artística como componente curricular obrigatório, e é excluída (entre outras) a disciplina de Desenho Geométrico. A resposta das editoras, para suprir as exigências legais foi mudar o título dos livros de Desenho Geométrico para Educação Artística ou outro termo similar e incluir, naqueles livros, atividades “mais criativas” após o estudo de conteúdos como polígonos regulares ou planificação de poliedros e, ainda, colocar algumas reproduções de obras de arte para serem apreciadas. Um agravante a ser acrescentado a esta análise, e que pode ser constatado de imediato na consulta a qualquer livraria do ramo, é que esses mesmos livros

continuam a ser editados com pouca ou nenhuma modificação², mesmo contando com uma política nacional de avaliação do livro didático.

É certo que, no período que se segue à implantação da atual legislação educacional, novos materiais resultantes de pesquisas e experiências inovadoras têm sido produzidos e estão à disposição das escolas e educadores, mas, os problemas ainda são os mesmos, pois a questão crucial e sem perspectiva de solução em curto prazo continua sendo o financiamento.

Até o momento, analisamos apenas o livro didático como um dos materiais mais acessíveis aos professores, no entanto, não podemos esquecer que, no atual momento de expressivo desenvolvimento tecnológico, os demais recursos audiovisuais, computadores e novas tecnologias da informática têm se colocado como uma exigência no processo de modernização da sociedade e na renovação pedagógica. Entretanto, ainda que seja necessária uma análise mais criteriosa, podemos afirmar que utilização acrítica dessas novas tecnologias pode produzir os mesmos efeitos negativos do livro didático, pois, com frequência apenas um ou dois professores são especializados no assunto e, em vista disso, a maioria depende de “pacotes” pré-definidos, em geral adquiridos em empresas produtoras de software, sem regulamentação pedagógica específica. “O impacto disto pode ser impressionante. (...) Ao invés de os professores terem o tempo e a qualificação para fazer seu próprio planejamento e escolha de currículo, eles se tornam os executores isolados dos planos, dos procedimentos e dos mecanismos de avaliação de outrem” (APPLE, 1986, p. 36-37).

Outra consideração necessária é sobre o alto custo destes novos materiais. Tanto no espaço público quanto no privado, este fator traz limitações em relação à sua popularização, principalmente aos segmentos menos privilegiados. Pois, quando se colocam computadores nas escolas públicas, por exemplo, estes não são em número suficiente para todos os alunos, não há verbas suficientes para sua manutenção, e muitas vezes a comunidade tem que buscar seus próprios recursos para contratar um professor qualificado. Além do mais, a própria escola não dispõe de critérios objetivos para escolha dos equipamentos e programas adequados para sua proposta pedagógica.

² Ver, por exemplo, as publicações para 5.^a a 8.^a série da Editora IBEP de André Herling da década de 70 e do mesmo em co-autoria com Eigi Yagima de 1999-2000 (as edições não apresentam data) que contém, igualmente, conteúdos de geometria, desenho de letras e mapas, faixas decorativas e algumas reproduções de arte.

FUNDAMENTOS LEGAIS

A análise do papel dos materiais no contexto da reforma educacional empreendida no Brasil tem como pressupostos, a legislação específica e as políticas públicas referentes aos programas de financiamento, produção e distribuição destes recursos para as escolas, especialmente da rede pública de ensino. Neste sentido, destacamos, rapidamente, as indicações³ a esse respeito que estão contidas na Constituição Brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases, nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Plano Nacional do Livro Didático.

*Constituição Nacional*⁴. Na atual Constituição, a referência mais explícita sobre os materiais aparece no Art. 208, item VII, sobre o dever do Estado na manutenção de programas suplementares de material didático-escolar para atendimento ao educando no ensino fundamental. Não obstante, estes programas garantem, na prática, somente a presença do livro didático, por meio do "Plano Nacional do Livro Didático".

*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*⁵. No que se refere à lei maior da educação nacional⁶, as referências são vagas: além dos citados “programas suplementares de material didático-escolar” previstos na Constituição, apontam, simplesmente, a necessidade de “recursos materiais” ou “educativos”. Destaca-se, nas disposições gerais, o papel de apoio técnico e financeiro do Estado na elaboração e publicação de material didático específico e diferenciado. No entanto, como a indicação é genérica e vaga, não garante medidas efetivas que garantam materiais próprios para todas as áreas do conhecimento, especialmente para o ensino da arte, nas escolas públicas. Esta área tem sido historicamente, considerada como uma das menos importantes, senão supérflua, da hierarquia das disciplinas escolares.

*Diretrizes Curriculares Nacionais*⁷. A resolução CEB nº 2/98 e o parecer CEB nº 04/98, referentes às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental não fazem nenhuma referência direta aos materiais curriculares em qualquer de seus desdobramentos, tais como, o tipo de materiais que devem ser utilizados; as formas, as possibilidades e as vantagens e desvantagens de sua utilização, a forma de seleção, produção e avaliação dos

³ Para maiores detalhes, ver o artigo, “La Concepción de los Materiales Curriculares Impresos en los Documentos Normativos de Brasil”, já citado anteriormente.

⁴ Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.

⁵ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 20/12/1996 e publicada em 23/12/1996.

⁶ Ver: Título III – item VIII; Título IV, Art. 12; Título V, Art. 47, 54 e 59; Título VII, Art. 70; Título VIII, Art. 79 – item IV; e Título IX, Art. 87 da Lei nº 9394/96.

⁷ CNE- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Parecer CEB nº 2/98 de de 1998. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Relatora: Conselheira Regina Alcântara de Assis.

mesmos, etc.; para garantir sua eficácia no processo de ensino e aprendizagem. A citada resolução se limita a repetir os princípios de igualdade e qualidade definidos na Constituição e na LDB, sem desenvolver seu conceito para explicar os meios e recursos necessários, no que se referem aos materiais, indispensáveis para a realização de qualquer projeto educativo.

Ainda assim, as recomendações contidas nos dois documentos (deliberação e parecer) indicam a necessidade de contar com materiais atualizados e diversificados. Certamente, não é possível desenvolver uma proposta curricular, que atenda aos princípios contidos nestas diretrizes, sem os suportes materiais adequados, tanto materiais impressos – livros, revistas, boletins, enciclopédias, imagens, etc. – como as supervalorizadas novas tecnologias – televisão, vídeo, computadores, internet, etc.

Plano Nacional do Livro Didático – PNLD. A criação e desenvolvimento do "Plano Nacional do Livro Didático" (PNLD) é uma política que se deve ter muito presente no momento de entender o papel que se concede aos materiais no contexto da educação brasileira, assim como no momento de interpretar as decisões que os distintos agentes da comunidade educativa tomam sobre os mesmos.

O PNLD tem como propósito resolver grande parte dos problemas com os materiais. Mas, certo é que este plano, ainda que garanta a presença deste recurso didático para todos os alunos, podemos afirmar que ainda são poucos os estudos que no Brasil se ocupam da dimensão política e econômica do livro didático, ainda que essa análise seja fundamental para a compreensão das dimensões pedagógica e ideológica. (FREITAG, 1993, p. 48) Mesmo que não seja objeto de análise neste texto, não devemos esquecer que uma das finalidades que sempre persegue o Estado é a de tentar legitimar, através dos livros didáticos, determinados valores e ideologias⁸.

A falta de estudos tem impedido que se faça uma discussão mais ampla com os diferentes setores envolvidos, para que se questione a centralização das decisões que beneficia apenas o setor livreiro e torna a política do livro didático uma política meramente assistencialista e fragmentada (FREITAG, 1993, p. 48-50).

⁸ Ver: Apple, M.: *Maestros y textos. Una economía política de las relaciones de clase y sexo en educación*. Barcelona: Paidós/M.E.C., 1989; Apple, M.: "El libro de texto y la política cultural", *Revista de Educación*, 301, (1993), pp. 109-126; Gimeno, J.: "Los materiales y la enseñanza", *Cuadernos de Pedagogía*, 194, (1991), pp. 10-15; Torres, J.: *Libro de texto y control del currículum. Cuadernos de Pedagogía*, 168, (1989), pp. 50-55; Martínez Bonafé, J.: "El cambio profesional mediante los materiales", *Cuadernos de Pedagogía*, 189, (1991), pp. 61-64; Martínez Bonafé, J.: "Siete cuestiones y una propuestas". *Cuadernos de Pedagogía*, 203, (1992), pp. 8-13; Martínez Bonafé, J. "Óxido sobre el currículum en plena era digital (Crítica a la tecnología del libro de texto)". *Kikiriki*, 2001.

Quanto ao uso do livro didático, os poucos estudos que discutem este aspecto destacam o ponto de vista do aluno, esquecendo, muitas vezes, o professor que também é usuário e tem papel fundamental nesse processo. A falta de orientação e de conhecimento dos professores tem mostrado que estes não fazem suas escolhas com base em critérios decorrentes de seus conhecimentos e experiências, mas que simplesmente “passam a assimilar os conteúdos dos livros” pondo em cheque a própria finalidade do programa (FREITAG, 1993, p. 1230126).

Ainda que o próprio guia do programa aluda à necessidade de que os materiais elaborados pelas editoras sejam analisados por especialistas e por equipes profissionais, tal propósito está longe de ser cumprido adequadamente, pois a avaliação dos livros contida no "Guia do Livro Didático"⁹, elaborado e distribuído nas escolas pelo MEC, não conta com a colaboração nem indicações dos professores que utilizam estes livros. Os critérios de qualidade técnica e pedagógica destes materiais, que aparecem citados nestes guias, são definidos por especialistas nomeados pelo ministério e é difícil pensar que os livros didáticos respondam sempre às necessidades dos professores.

Do mesmo modo, os livros que aparecem no guia para escolha dos professores são, em geral, das grandes editoras, e estes, não são, obrigatoriamente, os de melhor qualidade. Uma vez que os professores recebem somente o "Guia do Livro Didático" para selecionar os materiais, e ainda têm poucos dias para escolher e enviar os pedidos ao MEC, e não dispõem dos próprios livros para avaliar, ou possibilidade de solicitar outros materiais que não constem no catálogo, opta-se por aqueles que já conhecem ou seguem as indicações do guia.

Cabe comentar ainda que, através da leitura de este documento, torna-se difícil poder encontrar referências a "apoios" ou "estratégias" que garantam aos professores "democratizar" sua tomada de decisões sobre os materiais, para que sua prática educativa não fique condicionada exclusivamente ao livro didático. Entendemos que democratizar este processo implica proporcionar aos professores os meios e as possibilidades para que possam levar a cabo uma seleção adequada dos materiais, a realização de trabalhos por projetos¹⁰ ou outras atividades que levem os professores a refletir realmente sobre o papel dos materiais curriculares no momento de formular propostas "transformadoras".

⁹ Este guia é enviado a todas as escolas com o propósito de informar aos professores sobre os livros subvencionados pelo MEC e que podem ser enviados gratuitamente às escolas públicas.

¹⁰ Ver: Hernández, F.: "La globalización mediante proyectos de trabajo", Cuadernos de Pedagogía, 185, (1988), pp. 12-14; Hernández, F. y Ventura, M. *La organización del curriculum por proyectos de trabajo. El conocimiento es un calidoscopio*. Madrid, Editorial Escuela Española, 1988; Revista de Educação: *Monográfico: Projetos de trabalho*, (2001), Porto Alegre.

Uma vez abordados os principais documentos da legislação e política educativa brasileira e suas implicações para os materiais didáticos, passaremos a aprofundar na análise do documento, já indicado: os Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – ARTE

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental constituem uma proposta de reorientação curricular que a Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação – MEC oferece às secretarias de educação, escolas, instituições formadoras de professores, instituições de investigação, editoras e todas as pessoas interessadas em educação, dos diferentes estados e municípios brasileiros. São essas orientações que servem de "norte" para o trabalho das diferentes áreas curriculares.

Cabe destacar que esses parâmetros não têm caráter obrigatório, não tem força de norma legal, mas se colocam como referenciais de orientação para os professores e foram distribuídos gratuitamente em todas as escolas públicas do país. Entretanto, como servem de base para a elaboração das provas a que são submetidos os alunos pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, que é realizado pelo MEC, acaba sendo considerado como o principal documento norteador do projeto pedagógico das escolas.

É importante também recordar que esses documentos foram elaborados por uma equipe de especialistas e avaliados por pareceristas, professores das universidades convidados pelo MEC. Em termos gerais, podemos dizer que não foram consultados os professores que atuam na escola de ensino fundamental, no sentido de atender suas necessidades e expectativas. Não obstante o uso dos Parâmetros tem sido incentivado diretamente pelos órgãos oficiais (secretarias de educação e entidades mantenedoras) ou indiretamente pelo SAEB, e frequentemente se constitui no único material que está à disposição dos professores. Podemos afirmar que tem servido de base para a elaboração dos projetos pedagógicos em grande parte das escolas.

Pressupostos para Análise

A referência mais explícita e detalhada sobre materiais curriculares está contida nos volumes dedicados aos parâmetros curriculares das diferentes áreas do conhecimento: língua portuguesa, matemática, história, geografia, ciências, educação física e arte. Escolhemos

analisar os Parâmetros de Arte para a segunda etapa do ensino fundamental (5.^a a 8.^a série) por duas razões: em primeiro lugar, não seria possível fazer um estudo sobre todas as áreas do conhecimento, o que tornaria este artigo muito extenso e demandaria muito tempo; e, em segundo lugar, porque contamos com mais informações e estudos sobre este tema.

Para poder entender a análise dos materiais nos parâmetros curriculares de arte, consideramos oportuno expor brevemente alguns aspectos acerca da consideração da Arte no currículo das escolas brasileiras. A disciplina em questão tornou-se obrigatória a partir da reforma educacional de 1971, e se mantém na atual, no entanto, não é considerada importante pela maioria dos professores e alunos, fato que se observa em muitos países, como também pode ser observado na Espanha. É possível verificar esta afirmação na própria “grade curricular” que oferece em geral apenas 30 horas de aula por ano para os alunos, uma aula por semana, nas turmas de 5.^a a 8.^a séries do ensino fundamental.

Apesar de contar com professores licenciados na área, sua formação é feita em uma das linguagens (artes plástica, música, teatro ou dança) que devem ser trabalhadas, o que dificulta muito o seu trabalho. Em algumas regiões (municípios de pequeno porte, zona rural, por exemplo), onde não existe professor formado na área, esta disciplina é trabalhada por qualquer professor (de matemática, português...), o que torna a situação ainda mais complicada.

Além disso, a grande maioria das escolas não dispõe de materiais específicos para trabalhar com arte (livros de arte, diapositivos, transparências, reproduções de obras, fotografias, discos, aparelhos de som e vídeo, etc...), indispensáveis para desenvolver os conteúdos propostos nos parâmetros. Os livros didáticos de arte não estão incluídos no PNL D, o que também leva as editoras não investirem muito na produção de materiais para esta área.

A falta de apreciação e valorização da própria cultura artística e do reconhecimento de sua função educativa determina que não se perceba uma preocupação com a elaboração de materiais de qualidade, materiais que a nosso entender devem reunir, entre outros comuns a todas as áreas, requisitos próprios da especificidade do ensino da arte, tais como reproduções de obras de arte, imagens coloridas, etc..

Caberia também analisar a qualidade dos materiais disponíveis, mas este assunto não é objeto desta análise. Assim, comentaremos quais são algumas das características que consideramos devem reunir os materiais para esta disciplina.

De modo geral, a primeira característica que devem apresentar os materiais de arte é a divulgação da produção artística universal, nacional e local. Isto significa que estes materiais

não podem estar limitados ao meio impresso, pois a música, o teatro, o cinema, a televisão utilizam linguagens que não podem ser expressas graficamente de modo integral.

Contudo, os materiais impressos não podem ser dispensados, pois permitem a exposição da História e da Crítica da Arte, bem como os fundamentos teóricos e práticos necessários para o professor elaborar sua proposta curricular. Para isso, destacamos algumas características específicas dos materiais impressos, algumas das quais comuns a qualquer material dessa área, que consideramos importantes:

- *Qualidade gráfica:* tem um valor maior do que para as outras áreas, pois os materiais de arte devem conter reproduções de obras, desenhos, fotografias, etc., e quanto melhor for o padrão de resolução das imagens, melhor corresponderão ao original.

- *Diagramação e composição:* o modo de compor um livro como um todo, e cada página em particular, interfere nas condições de apreciação das obras apresentadas, além de traduzir plasticamente conteúdos das linguagens visuais: forma, luz, cor, equilíbrio, etc...

- *Rigor científico e clareza nos conceitos:* deve-se observar que os textos e as imagens expressem de modo claro, objetivo e adequado os conteúdos que devem ser apreendidos pelos alunos. Esta é uma questão que deve ser observada em todos os materiais, e que tem sido objeto de muitas críticas, pois é comum encontrar erros conceituais graves, como por exemplo, na classificação das cores primárias sem distinguir luz de pigmento.

- *Diversidade e abrangência de movimentos artísticos e estilos:* os materiais devem mostrar o avanço técnico e científico presente na produção artística atual e valorizar a produção do passado. Muitas vezes os materiais se limitam a um período histórico ou a determinados estilos, privilegiando, por exemplo, a arte clássica ocidental e esquecendo ou secundarizando a arte contemporânea e os movimentos artísticos locais.

- *Atividades:* os materiais devem conter sugestões de atividades de apreciação artística, pesquisa, exercícios expressivos com os conteúdos das diferentes linguagens, trabalhos e projetos individuais e em grupo, e orientação para o professor.

- *Bibliografia:* é indispensável apresentar as fontes que foram utilizadas para a elaboração dos materiais e referências complementares que possibilitem ao professor aprofundar e ampliar seus conhecimentos sobre a matéria.

Além das características levantadas acima, devem ser levados em conta aspectos pedagógicos, técnicos e funcionais, que são exigências comuns a todos os materiais, mas a respeito do que não nos deteremos aqui. De todo modo, cabe salientar que, de acordo com as tendências predominantes das propostas curriculares citadas nas referências bibliográficas dos

PCN's, esses materiais devem ser elaborados de forma que favoreça aos alunos apreciar a produção artística, como também desenvolver os seus sentidos, a sua percepção e a sua capacidade de expressão através das linguagens artísticas.

Descrição e Análise

Esta análise levará em conta que, além do conceito, da tipificação e da função geral, os materiais específicos para o ensino de arte se dividem em duas categorias que podemos conceituar como: materiais que tem a função de matéria-prima, suporte ou recurso utilizado na produção das obras de arte ou dos trabalhos dos alunos – papéis, lápis, tintas, tecidos, argila, etc; e materiais propriamente didáticos elaborados para os alunos ou para os professores – livros didáticos e para-didáticos, manuais, periódicos, reproduções de obras, discos, gravações, vídeos, filmes, etc..

No documento dos Parâmetros Nacionais Curriculares – Arte, referente à 5.^a a 8.^a série do ensino fundamental, podemos perceber a preocupação com os materiais nas duas categorias indicadas e cumprindo diferentes finalidades, como: fonte de informação, recurso tecnológico, apresentação de modelos e atividades, explicitação de metodologias de ensino, etc. ao longo da explicitação da proposta curricular em questão. Entretanto, o que chama a atenção de imediato é a inexistência de um espaço específico que comente e oriente sobre o conteúdo e utilização da razoável bibliografia que apresenta e discuta a questão dos materiais indicando critérios para sua escolha, utilização e avaliação ou orientação para produção de materiais pelos próprios educadores.

A única referência mais explícita sobre a necessidade de materiais com finalidade didática ou instrucional consta na parte de "Orientações didáticas para Arte" do documento onde destaca a importância da "pesquisa de fontes de instrução e de comunicação em arte" por parte do professor que deverá buscar "imagens, textos críticos, textos literários, revistas, vídeos, etc. para "o enriquecimento da aprendizagem artística dos seus alunos". (SEF, 1998, p. 98) Entretanto, o que se pode perceber é que esses materiais indicados, ainda que necessários e interessantes na metodologia proposta, não seriam os propriamente didáticos, ou seja, elaborados especificamente para esse fim. E, neste sentido, não apresentam propostas ou orientações didáticas para seleção e organização de conteúdos, definição de metodologias, elaboração de atividades ou projetos ou definição de critérios e instrumentos de avaliação e,

sobretudo, não discutem as concepções de arte ou de educação que fundamentam tais materiais.

Assim, um dos objetivos deste ensino, indicado pelo referencial que propõe que os alunos sejam capazes de “Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos”, não coloca em questão o fundamento epistemológico e a validade ou cientificidade das fontes de informação no processo de aquisição e construção de conhecimentos no campo da arte, e dá margem a conclusões equivocadas de que a arte e o conhecimento artístico são construídos espontaneamente e por mero acúmulo de informações (SEF, 1998, p. 8).

No capítulo sobre o Histórico do ensino de Arte no Brasil, podemos perceber uma certa crítica ao trabalho dos professores com livros didáticos, no período em que predominava o ensino da arte tradicional baseado numa concepção utilitarista. Esta crítica decorre por um lado, da falta de qualidade e adequação de certos materiais produzidos nesta área e, por outro, da concepção de ensino da arte baseado na expressão livre e espontânea, onde os livros e manuais se mostrariam como limitadores da criatividade “natural” dos alunos. (SEF, 1998, p.23) Esta concepção tem, pelo menos, duas conseqüências negativas: reduz a possibilidade de acesso dos alunos ao conhecimento da arte e da produção artística, e desestimula a melhoria da qualidade e quantidade de materiais produzidos pelas editoras.

Mas, admite que os professores têm buscado, cada vez mais, materiais que possibilitem seu aperfeiçoamento profissional. (SEF, 1998, p.25) No entanto, o acesso dos professores e estudantes das licenciaturas aos materiais é limitado, de um lado em função do alto custo desses materiais (que não são subsidiados), face às suas condições econômicas; e de outro, porque ainda é insuficiente o número de publicações de qualidade, apesar da existência de inúmeras pesquisas sobre o ensino da arte.

Também é clara a necessidade de acesso aos materiais impressos para fundamentar o professor em relação aos conteúdos e métodos específicos da área de arte quando aponta para o professor a necessidade “um quadro de referências conceituais e metodológicas para alicerçar sua ação pedagógica, material adequado para as práticas artísticas e material didático de qualidade para dar suporte às aulas”, como também “experimentar e conhecer materiais, instrumentos e procedimentos artísticos diversos em arte”. (SEF, 1998, p.30 e 46) Entretanto, a inexistência de uma orientação específica sobre o uso e avaliação desses materiais, deixa em aberto a possibilidade de sua utilização crítica.

As orientações sobre a área de artes visuais enfatizam a importância do acesso ao acervo artístico. Esta indicação pressupõe a visita a museus, teatros, cinemas, galerias e exposições ou, o contato com reproduções impressas, em vídeo, diapositivos, fotografias, películas, etc.. Materiais que, sendo de boa qualidade, são muito caros e inacessíveis para a maioria dos professores e alunos. A solução desta questão só seria possível com o investimento de recursos públicos (SEF, 1998, p.62 e 63).

É curioso observar que os parâmetros não façam referência quanto a possibilidade dos professores produzirem seus próprios materiais. Seria importante como elemento facilitador da prática pedagógica, se os professores fossem estimulados a esta atividade, pois considerando o alto custo dos materiais artísticos, mesmo considerando as condições materiais e técnicas necessárias – uma boa quantidade de livros e vídeos sobre arte, material de consumo, etc. – seria uma boa solução para a produção de materiais didáticos mais baratos e adequados à proposta curricular de cada escola, desde que acompanhados pela garantia de dos subsídios necessários. Mesmo assim, podemos apreciar que observamos um tratamento um tanto mais crítico com respeito aos materiais curriculares neste documento.

O documento analisado faz referência à necessidade de prover as escolas de materiais e de recursos para poder desenvolver suas atividades, o que é extremamente positivo. Entretanto, não alude a outros aspectos que, no âmbito da escola, consideramos importantes do ponto de vista qualitativo, como a preocupação de criar as condições espaços-temporais para que os professores possam elaborar seus próprios materiais, ou a proposição de estratégias organizativas e referências teóricas para facilitar a tomada de decisões sobre a avaliação, seleção e utilização de materiais comercializados. Podemos ver que, ao longo do documento, o foco de atenção sobre os materiais didáticos centra-se fundamentalmente nos processos de seleção baseados apenas no bom senso do professor. Do mesmo modo, se analisamos as relações que se esperam mantenham os professores com os recursos, pode-se deduzir claramente que o professor vai continuar apenas “consumindo” materiais.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Apontaremos a modo de síntese algumas das principais conclusões deste estudo, assim como uma série de recomendações elaboradas a partir da realização do mesmo e de diversos encontros mantidos com professores da educação básica e superior durante as atividades de intercâmbio entre a Universidade Federal do Paraná (Curitiba), e a Universidade de Santiago

de Compostela, através do Programa de Cooperação Interuniversitária – Espanha e América Latina.

- Os parâmetros curriculares de arte apresentam um número considerável de colocações e sugestões sobre os materiais, aspecto este que se encontra favorecido em boa medida pelas particularidades da própria disciplina. Não obstante se detectam uma série de carências, como por exemplo, a falta de orientações específicas sobre materiais didáticos e o processo de avaliação, escolha, utilização de materiais prontos, bem como para produção de materiais pelos próprios professores.

- Ainda que o documento faça alusão ao tema dos materiais didáticos, seria necessário um maior debate social e profissional sobre o seu papel no currículo. Debate que deveria centrar-se na análise técnica e pedagógica do rol destes materiais e das implicações políticas e econômicas comporta a implantação de um projeto milionário como o "Plano Nacional do Livro Didático", entre outras.

- Em função da análise realizada podemos dizer que não se contemplam medidas que fomentem a produção de materiais pelos próprios professores. De igual modo, a maior parte das propostas supõe que os professores têm condições técnicas, pedagógicas e materiais de pesquisar, buscar e elaborar materiais para suas aulas.

- Apenas se alude, por exemplo, a participação dos pais nos processos de seleção de materiais ou ao modo pelo qual o aluno pode constituir-se em autor de seus próprios textos ou materiais.

- A consideração que se faz dos materiais no documento analisado não favorece que se utilizem e concebam de um modo distinto, ainda que se deva reconhecer maior referência aos materiais em relação a normas anteriores.

Quanto às recomendações, destacamos as seguintes:

Revisão da política do livro didático gratuito: Ainda que se reconheça o esforço que este projeto traz consigo tanto a nível econômico como social, certo é que a adoção desta política não favorece que os professores possam realizar debates em suas escolas acerca do papel dos materiais no currículo e que possam decidir se vão utilizar materiais elaborados pelo governo ou pelas editoras, ou se por outro lado, vão elaborar seus próprios materiais. Neste último caso, cabe perguntar: Que apoio receberiam os professores que desejassem elaborar seus materiais ou que desejassem empreender atividades de investigação sobre os mesmos? Mas, se pretende manter o programa, o governo deve garantir a inclusão dos materiais de arte, e, ao menos, possibilitar uma real avaliação e escolha por parte das escolas.

Formação e desenvolvimento profissional do professorado: Nos chama atenção que, revisando os planos de estudo das distintas universidades do Estado do Paraná, não encontramos matéria alguma específica sobre o tema dos materiais didáticos. Parece que nos encontramos então, diante de um novo paradoxo: um país que optou por desenvolver uma política centrada no livro didático para todos, e que não parece dotar os futuros docentes e profissionais da educação das estratégias necessárias para levar a cabo os processos de análise, adaptação e utilização desses materiais. Entendemos que "en la formación del profesorado el análisis de materiales curriculares tenga un lugar relevante. Esta dimensión formativa debería tener un lugar tanto en la formación permanente como en la formación inicial del profesorado, enmarcada en un planteamiento general de profesionalidad docente".¹¹

Criação de centros de recursos: que permitam aos professores dispor de uma ampla gama de materiais, e não só estar dependentes do livro didático, o que favoreceria a utilização de materiais diversos e flexíveis. Assim como garantir recursos específicos para o ensino da arte.

Criação de guias sobre materiais: Ainda que o "Guia do Livro Didático" do PNLD, constitua uma síntese interessante sobre os livros didáticos, consideramos que deve dispor de outros tipos de guias que incluam distintos materiais para ajudar ao professorado no seu trabalho docente. Entre estes se poderiam encontrar materiais referentes a vídeos, projetos de inovação com materiais desenvolvidos por professores, modelos de avaliação sobre os próprios materiais, entre outros. Seria interessante levar a cabo uma classificação dos materiais atendendo a diversidade cultural existente no país, de tal forma que cada estado ou região pudesse conhecer recursos que lhes ajudasse a contextualizar suas propostas de ensino-aprendizagem.

Revisão do papel da administração pública: O Estado não pode centrar-se somente em estabelecer e fazer cumprir as normas sobre os livros didáticos. Parece pertinente recomendar aos órgãos públicos que desenvolvam e potencializem a realização de um maior número de atividades relacionadas especificamente com o tema dos materiais curriculares, que favoreçam e possibilitem o intercâmbio de materiais e informações entre as escolas, facilitem a realização de atividades de formação, etc.

Atenção à diversidade: Ainda que se possa observar que as editoras têm apresentado certo interesse em atender a diversidade geográfica, econômica e cultural existente no país;

¹¹ Parcerisa, A.: *Materiales curriculares. Cómo elaborarlos, seleccionarlos y usarlos*. Barcelona, Graò, 1996, p. 147.

não é difícil encontrar fotografias ou alusões a diversos estados do Brasil tais como São Paulo, Bahia, Amazonas, e não tanto a outros estados como, por exemplo, Paraná, Mato Grosso, Piauí, etc. Parece necessário incrementar consideravelmente os esforços para que o governo e as editoras prestem especial atenção a estes aspectos. Não obstante entendemos que a melhor maneira para atender a essa diversidade é a partir da elaboração de materiais pelos próprios docentes, ou fomentando a produção de materiais nos distintos estados e municípios.

Concessão de financiamento para a produção de material. É imprescindível a concessão de maiores recursos para que os professores possam elaborar eles mesmos seus materiais ou realizar a adaptação de materiais já publicados.

Elaboração e utilização de guias de avaliação. Tal como pudemos observar ao largo deste trabalho, são constantes as sugestões para melhorar os processos de seleção e utilização de materiais, não obstante chama atenção o escasso número de guias de avaliação, disponíveis e adequadas ao contexto educativo brasileiro, e que permitam aos professores tomar decisões orientadas e fundamentadas.

Investigação sobre o tema. Consideramos fundamental incrementar a investigação sobre o tema dos materiais a raiz da reforma educativa no Brasil, especialmente em relação aos seguintes âmbitos que apenas foram apontados:

- Aprofundar estudos sobre a percepção dos professores sobre os materiais curriculares produzidos no atual contexto.
- Analisar o impacto que o "Plano Nacional do Livro Didático" provoca tanto na prática dos professores, alunos, pais, como nas implicações do plano na própria estrutura organizativa das escolas.
- Comparação da disponibilidade, utilização e características dos materiais nos distintos estados do Brasil.
- Descobrir os motivos que levam os professores a selecionar uns ou outros materiais didáticos. De modo anedótico cabe assinalar que, no caso do "Plano Nacional do Livro Didático", as editoras se encontravam "surpreendidas" ante o fato de que os professores selecionavam os materiais que apareciam classificados com menos "estrelas"¹² e que são apresentados aos docentes como de "menor categoria".

¹² No "Guia de livros didáticos" os materiais aparecem classificados por estrelas, sendo os que aparecem com quatro os de melhor qualidade ("Recomendados com Distinção") e os que supostamente reúnem os requisitos pedagógicos mais adequados. Os de uma estrela seriam "aptos" para usar ainda que se considerem de pior qualidade do que os anteriores ("Recomendados com Ressalvas").

REFERÊNCIAS

APPLE, M. 1986. O computador na Educação: parte da solução ou parte do problema? **Educação e Sociedade**, São Paulo, n. 23, p. 25-49, abril, 1986.

AREA, M. Los materiales curriculares en los procesos de diseminación y desarrollo Del currículum. In: ESCUDERO MUÑOZ, J. M. **Diseño, desarrollo e innovación del currículum**. Madrid-España: Síntesis, 1999, p. 189-236.

BRASIL: Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988/organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira, 11 ed. São Paulo: Saraiva, 1995 (Coleção Saraiva de Legislação).

BRASIL, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, nº 2048, pp. 27833-27841, 23 de dezembro de 1996.

CNE - CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução CEB n.º 2/98 e Parecer CEB n.º 04 de 29 de janeiro de 1998. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Relatora: Conselheira Regina Alcântara de Assis. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 29 jan. 1998.

DE LA CRUZ GUERRA, G. **Evaluación de los diseños curriculares desde la opinión del profesorado**, Profesorado, 2, (1999), p. 127.

FREITAG, B.; MOTTA, V. R.; COSTA, W. F. **O Livro didático em questão**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

PARCERISA ARAN, A. **Materiales Curriculares: cómo elaborarlos, seleccionarlos y usarlos**. 4 ed. Barcelona: Graó, 1999.

RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, J. **Os materiais curriculares impresos e a Reforma Educativa en Galicia-España**, Santiago de Compostela, 2001. Tese (Doutorado em Educação) Universidad de Santiago de Compostela, España.

RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, J.; TROJAN, R. M. La concepción de los materiales curriculares impresos en los documentos normativos de Brasil. **Revista de Ciencias de la Educación**, Madrid-España, n. 189, p. 95-118, enero/marzo, 2002.

SEF – Secretaria de Educação Fundamental (Brasil): **Parâmetros Curriculares Nacionais – Introdução** (quinta a oitava série – terceira e quarta etapa do ensino fundamental). Brasília: MEC/SEF, 1998.

SEF – Secretaria de Educação Fundamental (Brasil): **Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais** (quinta a oitava série – terceira e quarta etapa do ensino fundamental). Brasília: MEC/SEF, 1998.

SEF – Secretaria de Educação Fundamental (Brasil): **Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte** (quinta a oitava série – terceira e quarta etapa do ensino fundamental). Brasília: MEC/SEF, 1998.

SEF – Secretaria de Educação Fundamental (Brasil) **Guia de Livros Didáticos** – 5.^a a 8.^a séries, PNLD 2000-2001. Brasília: MEC/SEF, 1998.

ZABALA, A. **Materiales curriculares**, in: *Cuadernos de Educación*, 4, (1990), p. 125.

Recebido: Maio/2007
Aprovado: Julho/2008